



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da agenda legislativa e normas regulamentares que envolvem a indústria do plástico no Brasil, inclusive no âmbito desta Comissão, por meio dos PLs nºs: 2524, de 2022; 258, de 2024 e; PL nº 5154, de 2019, além do Decreto nº 12.644, de 2025, que elimina descartáveis e multicamadas do Ministério do Meio Ambiente .

A audiência pública da CAE, será realizada na cidade de Criciúma/SC, no dia 26 de junho de 2026, concomitantemente com o evento de apresentação do “Projeto Defesa Circular”, a fim de proporcionar oportunidade única para conhecermos o projeto, que poderá auxiliar na nossa atuação junto aos desafios à construção da melhor alternativa para alinhar a importância econômica do setor e a preservação do meio ambiente.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a relevância do tema relativo à indústria do plástico no Brasil, realizamos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, ainda no dia 24 de abril de 2025, audiência pública em que ficou consignado a realização de nova audiência pública a fim de ouvir empresas e trabalhadores



da cadeia produtiva do plástico que seriam mais impactados com os projetos que tramitam no Senado Federal e outras agendas prioritárias contra plásticos:

- PL nº 2524/2022 (Senado/CAE);
- PL nº 258/2024 (Senado/CAE)
- PL nº 5154/2019 (Senado/CAE),
- **Decreto nº 12.644, de 2025, que elimina descartáveis e multicamadas – do Ministério do Meio Ambiente.**

Nesse sentido, o SINPLASC (Sindicato das Indústrias Plásticas do Sul Catarinense) e o setor produtivo catarinense e nacional, por meio da FIESC (Federação da Indústria de Santa Catarina), da CNI (Confederação Nacional da Indústria); ABIPLAST (Associação Brasileira da Indústria dos Plásticos); ACIC (Associação Empresarial de Criciúma) e o Grupo CRI (Gestão de Resíduos), conjuntamente com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), **realizarão evento na cidade de Criciúma, em Santa Catarina, no dia 26 de junho de 2026, em que será apresentado o “Projeto Defesa Circular”**, que pretende promover ações integradas para ampliar a reciclagem, fortalecer a cadeia produtiva de resíduos recicláveis e incentivar a economia circular, por meio de iniciativas estruturantes que qualifiquem processos, ampliem a recuperação de materiais e promovam inclusão produtiva, desenvolvendo soluções de viabilidade técnica e econômica para a circularidade dos plásticos inclusive os de Uso Único e das embalagens plásticas de multicamadas de baixa reciclabilidade, com rastreabilidade comprovada.

A audiência pública da CAE, a ser realizada na cidade de Criciúma/SC, concomitantemente com o evento de apresentação do “Projeto Defesa Circular”, proporcionará oportunidade única para conhecermos o projeto, que poderá auxiliar na nossa atuação junto aos desafios à construção da melhor alternativa para alinhar a importância econômica do setor e a preservação do meio ambiente.

O Projeto Defesa Circular será aplicado como “projeto piloto” na cidade de Orleans/SC, envolvendo como ações estruturantes: Educação Ambiental;



Infraestrutura e Tecnologia; Rastreabilidade Digital, Pesquisa e Inovação e Inclusão Produtiva.

Importante ressaltar que a iniciativa é uma consequência resultante da pesquisa realizada pela UNESCO no âmbito do programa INOVASUL – Transformando Setores.

A indústria de plásticos no Brasil é um setor estratégico, transversal e de elevada complexidade, cujos produtos estão presentes em cadeias essenciais como saúde, alimentos, indústria automobilística e transportes, construção civil, energia, agricultura e tecnologia, desempenhando um papel relevante na competitividade industrial, na geração de empregos e na segurança do abastecimento.

Paralelamente à sua importância econômica, a indústria de plásticos encontra-se no centro de um debate global marcado por preocupações ambientais legítimas, especialmente relacionadas com os aspectos poluidores, com a gestão inadequada de resíduos e às emissões associadas ao ciclo de vida dos materiais. Iniciativas de banimento, restrição ou substituição acelerada do plástico, muitas vezes sob o conceito amplo de “desplastificação”, têm avançado de forma desigual, impondo novos fiscos regulatórios, comerciais e tecnológicos aos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil.

Nesse contexto, a economia circular do plástico desponta como alternativa estruturante, porém desafiadora, ao exigir investimentos em inovação, infraestrutura de coleta e reciclagem, *redesign* de produtos, inserção de materiais reciclados e reequilíbrio de modelos produtivos.

A transição para esse paradigma não é trivial e demanda coordenação entre Estado, setor produtivo, comunidade científica e sociedade civil, sob pena de comprometer cadeias produtivas relevantes sem a devida compensação ambiental ou socioeconômica.



o Setor Plástico no Sul de Santa Catarina é o 1º Polo nacional de descartáveis e o 2º Polo nacional de reciclagem de plásticos, concentrando também o Polo nacional de referência em Embalagens Flexíveis, envolvendo 30 municípios. Cerca de 90 indústrias plásticas do Sul do Estado são empresas recicladoras que processam mais de 130 mil toneladas de materiais plásticos por ano, beneficiando indiretamente cerca de 36 mil catadores.

Diante de todo o exposto, solicitamos o apoio das senhoras senadoras e dos senhores senadores à aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2026.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

